

# ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE O PERFIL ÉTICO DA GESTÃO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

Ciências Sociais Aplicadas, Edição 117 DEZ/22 / 06/12/2022

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.7418396

Francisca Leidiane do Nascimento Silva<sup>1</sup>

Tamires da Silva<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Me. Robinson Brancalhão da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo visa à exposição das análises do perfil ético na gestão pública municipal de Campo Novo de Rondônia, considerando o profissional engajado no serviço público e observando as questões de ética e responsabilidade social com base na moral e transparência das demandas públicas. Para tanto, o trabalho deu-se através de levantamento de dados e pesquisas sobre as formas de gestão pública e como as pessoas veem a administração municipal em se tratando dos impactos causados pela corrupção. Com a demanda de questionamentos diante dos problemas que envolvem a sociedade, sabe-se que a responsabilidade do poder público em torno da apuração de medidas para solucionar tal situação, requer atuação de profissional ético, considerando os princípios da moralidade e legalidade. Recomenda-se uma visão minuciosa e atenção especial a cada uma das questões especificadas, pois o objeto de estudo trata-se de um grande desafio, onde o profissional deve manter o foco das

atividades para o resultado ser o que sua comunidade espera. Ao final, consideramos atendidos os requisitos do tema e entendemos como uma necessidade no setor e uma forma de crescimento e importância merecida nas políticas públicas.

**Palavras-chave:** Ética. Gestão Pública. Responsabilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

É comum observarmos nas mídias a ocorrência de uma infinidade de denúncias que têm como tema central elementos de gestão antiética e corrupta nas diferentes esferas do poder público.

Sabendo que a atuação do gestor público deve ser voltada para o cumprimento da lei é fundamental que saibamos de propriedades específicas de ações que nortearão nosso bem viver em função do bem comum e não de interesses próprios.

Diante disso, o conceito de ética traz uma centralização no comportamento humano e na sociedade. Sendo assim, ao considerarmos as ações profissionais, em especial àquelas relacionados ao poder público em geral, deparamos com questões da demanda social integralizando as necessidades básicas para melhores condições de vida e confrontando a responsabilidade social do profissional que se encontra nesse meio.

Nos estudos realizados, deparamos com a conceituação de ética como uma postura que se deriva da moral, pois ela diz-se dos costumes que não podem ser impostos ao indivíduo, e, sim, adquiridos ao longo de suas boas práticas de convivência social.

A prestação de serviços para o bem público, a responsabilidade do governo e as ações democráticas, confrontando, ainda, com o princípio de legalidade e responsabilidade social em que o profissional deve se nortear, vimos que o compromisso nas relações sociais é com a ética e a moral, ressaltando que essa

constatação possibilitou a projeção desta pesquisa que visa buscar respostas com retorno positivo à sociedade e seus anseios de inclusão política.

Sendo assim, além do interesse social na pesquisa, a busca por conhecimento e habilidades acadêmicas do profissional da gestão pública para atuação com as devidas competências e habilidades prevê a qualidade na administração e crédito ao trabalho em questão.

A sociedade é a maior detentora dos meios de fomento da economia tem a obrigação de repassar o poder aos governantes.

Contudo, muitas situações costumam ter vistas para a dúvida de como a geração de renda no país vem sendo devolvida às comunidades.

A ilicitude de determinados gestores públicos traz prejuízos as demandas sociais e, portanto, agir com ética na administração pública nada mais é do que demonstrar o aperfeiçoamento nas formas comportamentais diante de todos que necessitam de serviços que envolvem a máquina pública, eliminando as ações anormais em todas as esferas para envolver-se nas ações éticas que dirigem a forma com que o agente público deve atuar.

Ainda nesse sentido, o gestor deve manter a consciência de que sua ocupação é pelo bem comum, promovendo amparo aos cidadãos, conciliando-se para defender os interesses destes, e demonstrar a responsabilidade que possui através da divulgação de cada ação bem como dos resultados esperados no que se refere aos gastos de recursos.

A ética é uma das necessidades básicas que fundamenta a gestão pública ordeira, considerando que, uma vez mantida, o gestor transfere credibilidade e demonstra garantias de eficácia na sua atuação por meio de atitudes transparentes que trazem o crescimento e satisfação esperada pela comunidade.

A lida com os recursos provenientes para demandas públicas tende a gerar dúvidas quanto a confiabilidade, pois diante das crises financeiras do setor público, com as ligações aos escândalos frequentes de corrupção, a promoção de

cidadania, igualdade e justiça social tem sido cada vez mais discutida para o gerenciamento das obrigações estatais.

A observância da Lei de Responsabilidade Fiscal LEI 14.230 de 25 de outubro de 2021 (BRASIL, 2000) é uma forma de demonstrar que o gestor respeita os recursos públicos captados para o bem da sociedade, uma vez que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”.

Não obstante, ainda há muitas situações que fogem aos registros de ética e transparências devida na gestão pública.

Muitos órgãos não possuem registro adequado de informações a serem disponibilizadas para a população e, assim, existe uma certa dificuldade para avaliação da conduta dos atores envolvidos nesse processo.

Para Silva (2009) a gestão pública ainda caminha a passos lentos para a eficácia na transparência e ética no que se refere a conduzir os recursos recebidos.

Slomki (2005) enfatiza que os meios de comunicação têm avanço significativo e juntamente com muitos outros segmentos vem se transformando e a administração pública não está sendo diferente.

O que vemos constantemente é a sociedade cada vez mais envolvida com a busca por mecanismos que garantam que os gestores agirão com a função de defender os interesses da população.

Ter acesso livre às informações tem sido a maior constância nas recomendações de controles externos quanto ao uso e aplicação de recursos captados pelas esferas públicas administrativas.

A pesquisa está voltada para o interesse público com o intuito de demonstrar através de análises e levantamentos conforme vivências sociais que cada órgão pode utilizar-se de métodos importantes para a transparência pública, bem como garantir que haja credibilidade nas suas atuações quando permanece fiel aos padrões éticos de comportamento nos serviços públicos.

A partir de pesquisa qualitativa, bem como averiguação de sites e outras pesquisas quanti-qualitativa, abordamos as considerações e reflexões de estudiosos à luz de demandas municipais nas diversas áreas das instituições públicas, baseando-se em livros, artigos em revistas e demais pesquisas e metodologias.

Essa pesquisa contempla uma análise para reflexão sobre as ações de ética profissional e responsabilidade social na área da gestão pública enfatizando a prefeitura municipal de Campo Novo de Rondônia e focando nos aspectos gerais da ética e moral e respostas da comunidade diante dos questionamentos voltados para esse tema.

Ainda de forma mais específica, a pesquisa contempla o levantamento de dados gerais da problemática relacionada à ética e à moral, uma vez que muitos levantam hipóteses de estarem sendo logrados pelo sistema nada ou pouco transparente, refletindo sobre as formas como os gestores têm amenizado as dúvidas para que não recaiam sobre essa classe os impactos devido à ineficácia da atuação de gestores públicos ou outros servidores ligados a eles.

A pesquisa é essencial como forma de refletir as ações de todos os envolvidos com a gestão pública no sentido de transmitir conhecimento e informações relevantes para a compreensão do funcionamento da gestão pública com aqueles que administrarão os recursos provenientes para o bem público.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

No sentido de levantar debate a respeito da ética, devemos considerar a visão polissêmica de todos os segmentos da sociedade, uma vez que a apresentação de diversos significados para os conceitos mais importantes sendo a responsabilidade social, a ética profissional no serviço público, governança, sustentabilidade e outros podem nos proporcionar a necessidade de aprofundamento no que se refere aos estudos.

Assim, deparamos com Nalini (2008, p. 28) que conceitua ética como “a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Essa afirmação nos leva a

outros filósofos, conforme Pessoa (2006, p. 10), o qual determina que “[...] a ética é o estudo teórico dos padrões de julgamentos morais [...]”, é a expressão individual do pensamento que conduz o comportamento humano como ideia expressa em princípios comportamentais no modo normal e sadio de qualquer indivíduo.

Para Silva (2007), citado num artigo por Brancher, Neu & Boff (2010), existem várias definições de ética, para a qual é necessário compreender a natureza da moralidade, sabendo distinguir entre o certo e o errado, o bem e o mal, a virtude e a não virtude, o justo e o injusto, conforme norteadores de princípios básicos de atuação.

Sendo assim, ética pressupõe um sistema de princípios e valores por uma comunidade simples ou complexa, compartilhados entre poucos ou vários indivíduos, os quais mudam com o passar do tempo e variam de comunidade para comunidade.

Portanto, diante de tantos problemas encontrados no dia a dia, em especial às rotinas com a máquina pública, considerando o desgaste diante da corrupção, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e patrimonial, entre tantos outros que envolvem o dinheiro recebido para demandas com o povo, o gestor público e demais envolvidos no processo precisa agir com cautela e evitar erros que possam denegrir a sua imagem.

No desempenho de suas tarefas, o profissional tem a honra de adquirir aprendizado técnico constante com suas práticas, conceituando os princípios éticos e vivenciando sua carreira profissional.

Vieira ((2006, p: 15) explica que:

*Após o profissional fazer a sua opção de trabalho, não se admite que ele venha a agir incorretamente no desempenho de sua função. As infrações são passíveis de punições e ainda constituem traição do infrator, porque não*

*soube honrar sua profissão. O ser humano que age eticamente sabe como portar-se e evitar as atitudes antiéticas.*

Uma das medidas que garantem sua postura ética e profissional é sua interferência com identificação de possibilidades para o aumento de oportunidades de negócios atuando junto aos atores responsáveis no desenvolvimento de projetos que visam a moralidade social. Gilles Lipovetsky afirma que:

*Serão necessárias políticas e empresas inteligentes, uma maior formação, responsabilidade e qualificação profissional, mais ciência e mais técnica. Mais importante que o imperativo dos sentimentos é o imperativo de mobilização das inteligências humanas, o investimento redobrado no saber e na dimensão educativa permanente, (1994, p.25).*

Ainda nessa linha de conhecimento, outras reflexões são direcionadas para a visão de que a bandeira da ética nos negócios acaba sendo tão somente mais uma nova forma de reconfiguração do sistema capitalista, isto é, a preocupação ética das instituições públicas, pensantes como as empresas de iniciativa privada, considera a transferência de “recursos financeiros e humanos” para determinada parcela da população, criando mecanismos de oportunidades lucrativas para a continuidade do próprio orçamento.

Autores como Robert Henry Srouer incentiva essa conduta:

*Vamos mais a fundo. É difícil acreditar que a empresa tenha assumido tal postura por mero 'bom mocismo'. É mais crível aceitar que ela tenha conjugado seu credo organizacional – que considera a empresa responsável pelos clientes, empregados, comunidade e acionistas – com uma análise estratégica da relação de forças no mercado, relação esta que a mídia tão bem ajudou a forjar, com alertas regulares à opinião pública, e que se traduz na capacidade de os stakeholders boicotarem qualquer entidade que não proceda de forma socialmente responsável. De maneira que não é improvável que o próprio credo organizacional tenha sido fruto de um contexto histórico bem preciso e de uma análise da dinâmica social, (2003, p. 51, 52).*

Existem várias correntes teóricas e reflexões que permitem uma busca bibliográfica capaz de retornar o conhecimento de gestão de orçamento público, considerando a legalidade, moralidade e responsabilidade social, transformando o agente responsável fundamental e útil para responder às demandas sociais no município de Campo Novo no que diz respeito à questão da Responsabilidade Social diante de problemáticas que exigem ética, moral e transparência para com a população.

Mas, para tanto, é preciso parar de pensar que é só mais um para tirar proveito das mordomias do serviço público e pensar com a real responsabilidade de reconhecer o que a população almeja e atendê-la de forma mais empreendedora, cuidando do que lhe cabe e não terceirizando essa ação tão importante.

### **3 METODOLOGIA**



A pesquisa exigiu que recorrêssemos a bibliografias diversas, as quais foram primordiais para o alcance dos objetivos exploratórios do aporte teórico investigado.

Através de autores engajados em examinar minuciosamente os atos sociais que formam o cidadão racionalmente diante das demandas capitalistas e gerenciamento e captação de recursos para as políticas públicas e demais situações de interesse comum na sociedade, pudemos acreditar que a ética deve estar presente para que aconteça tudo dentro dos padrões, uma vez que já observaram áreas institucionais do poder público em outros municípios para a devida comparação de resultados, bem como.

As vivências sociais, também, possibilitaram escopo para elaboração e articulação da atividade. Em cada órgão, a análise pessoal envolveu métodos e técnicas com base científica.

Procedeu-se com abordagem qualitativa durante o processo exploratório da pesquisa, a qual percebe-se maior poder interpretativo do campo estudado.

Tendo como fonte documental os livros, artigos, revistas, acervo bibliográfico municipal e publicações locais serviram de embasamento.

A partir das informações colhidas, pudemos realizar a interpretação e classificá-las de acordo com sua qualificação.

A partir da pesquisa, procuramos explicar o problema referente à ética (ou falta dela) no ambiente da gestão pública e, permitindo, assim, maior conhecimento e averiguação da cultura local em relação ao tema.

Embora não tenha especificidade para a pesquisa quantitativa, o presente artigo busca entender e enfatizar o quanto a população está envolvida com as questões da compreensão que merece ter em relação à postura ética que deve ser adotada pelos gestores públicos.

O comprometimento deve fundamentar a condução das atividades e a empatia deve estar a florada para que haja moral e ética.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS**

Para Gomes Filho (2005), ao considerarmos as ações realizadas no ambiente administrado pela gestão pública, sabemos que existem setores onde administrar torna-se a base do autoritarismo e situações totalmente fora do contexto ético.

O comportamento que muitas vezes é visto como abuso de autoridade, deve ser combatido, e, para tanto, é necessário que o poder público atue de modo a identificar através de apuração e, posteriormente, as devidas sanções para aqueles que cometem crime contra a gestão pública.

Essas frustrações costumam acontecer de forma silenciosa nos municípios do interior, inclusive, usam de possibilidades controladas pela gestão pública para trazer prejuízos aos que dela necessitam.

Ainda nessa perspectiva, Gonçalves (2012) tece comentários sobre a eficácia atingida pela gestão pública quando esta demonstra seguimento de ações próprias da governança e o devido controle do andamento das obras e recursos.

Para tanto, o cenário favorável é quando a população está atenta para mobilização e cobrança dos direitos sem demonstrarem conformidade diante das negativas de atendimento às suas demandas.

Dentre as movimentações e ações públicas para o desenvolvimento econômico do objeto de estudo em questão, o município de Campo Novo de Rondônia detém algumas medidas mitigadoras para o combate à corrupção, mantendo sistemas e práticas específicas para o desenvolvimento da transparência no contexto político administrativo dos recursos recebidos. Nas entrevistas e levantamentos obtidos, atentamos para um novo cenário, onde a população participa da mudança que se espera da realidade pública relacionada aos limites de suas demandas com status de equilibrada.

Ainda que possua certa instabilidade política e econômica e amarga de um baixo crescimento, misto a questão inflacionária e o crescente desemprego, além de baixa qualidade no que se refere às políticas públicas relacionadas à saúde, educação e assistência social, a gestão pública municipal tem se esforçado para uma atuação satisfatória em prol da melhora do município.

Com base nos projetos em andamento no município, foram feitos levantamentos e pesquisas relacionados às características econômicas e sociais nos últimos anos.

Dentre os dados encontrados, a economia baseia-se na agricultura familiar, na pecuária de leite e corte e na mineração, além do comércio e do serviço público.

O IBGE aponta, pelo censo 2010, uma população de 12.665 habitantes, em uma área de 3.442,003 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 3.68 hab./km<sup>2</sup>, distribuídos em sua grande maioria na zona rural, na sede do município e áreas urbanas dos distritos de Rio Branco, Vila União e Três Coqueiros.

Um PIB global marcado em 2015 de R\$ 223.096.192,00 e um PIB per capita de R\$ 15.688,90.

A população economicamente ativa em 2010 segundo o IBGE foi de 11.037 pessoas, sendo 5.905 homens e 5.132 mulheres e a população ocupada de 5.510 pessoas.

De janeiro a julho de 2022, o município registrou segundo Ministério de Trabalho e Emprego MTE 238 admissões formais e 167 desligamentos, apontando um crescimento significativo na política econômica e social.

Por outro lado, serviço público conta com o trabalho de agentes envolvidos para tentar amenizar as situações orçamentárias e as dificuldades encontradas para e fazer políticas públicas de qualidade.

Os gestores buscam parcerias junto ao governo estadual e federal, sociedade civil, além da apresentação das demandas nas bancadas estadual e federal para

cumprimento das estratégias propostas no Plano Plurianual.

Mobilizando-se para que as ideias saiam do papel, os trabalhos surgem devagar em cada setor envolvido.

Para tanto, o comprometimento tem como base o exposto abaixo no propósito de elevar a renda per capita do Município atuando principalmente através da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo no âmbito da agricultura familiar, e aumentar a expectativa de vida, a qualidade na educação técnica empreendedora, principalmente voltada para os jovens, diminuição do êxodo rural e urbano.

- Diretriz do bem-estar – Promover o bem-estar, a cidadania e a inclusão social com a oferta da capacitação e serviços de saúde e educação técnica profissionalizante;
- Diretriz da competitividade – promover o crescimento e o desenvolvimento econômico com foco no ganho produtividade e crescimento do PIB com redução das desigualdades e preocupação ambiental;
- Diretriz da infraestrutura – Fomentar o desenvolvimento integrado da infraestrutura focando prioritariamente a questão das riquezas naturais com potencialidades turísticas.

Sendo necessária a implementação de políticas com foco social de inclusão e empreendedor para alcançar indicadores econômicos, numa experiência em que as duas questões evoluam paralelamente uma sustentando a outra, os projetos são imbuídos a cada setor fragmentado dos órgãos institucionais públicos, sendo que o bem-estar contempla: planificação da saúde, educação técnica profissional, inclusão pela capacitação na cidade, implantação de um condomínio rural; enquanto na competitividade espera-se: fomento ao cooperativismo, fomento ao empreendedorismo; implantação de 5 agroindústrias, central de comercialização; já na infraestrutura: ordenamento territorial, infraestrutura no saneamento básico; revitalização de rios; expansão e infraestrutura para o turismo.

Com esse pensamento empreendedor e na expectativa de envolver a todos para o bem comum, a execução dos projetos se torna essencial para manter o crescimento econômico.

E, conforme os recursos são implementados dentro do orçamento público, informações são alimentadas no sistema de transparência das ações, deixando claro para a população que o dinheiro público é recebido e gasto conforme as legislações vigentes e com a responsabilidade que a sociedade requer.

Existe ainda um controle rigoroso por parte de órgãos como o Controle Interno e Externo das diferentes esferas que acompanha cada movimento realizado com o dinheiro público, mas a ética e moral cabe a cada um dos atores envolvidos.

Além da confirmação pelos órgãos externos fiscalizadores, temos essa resposta de transparência direto do povo camponovense: foram 21 pessoas pesquisadas, onde 100% reconhecem que a atuação dos gestores públicos tem sido com muita clareza e responsabilidade com a comunidade envolvida. Na figura abaixo, obtemos o gráfico relacionado à primeira questão da pesquisa feita através do *Google Forms* com pessoas diversas do município de Campo Novo de Rondônia.

**Figura 1: Questão 01**

Questão 01. Na sua opinião, a prefeitura municipal de Campo Novo atua com transparência no que se refere aos gastos com os recursos públicos?  
21 respostas



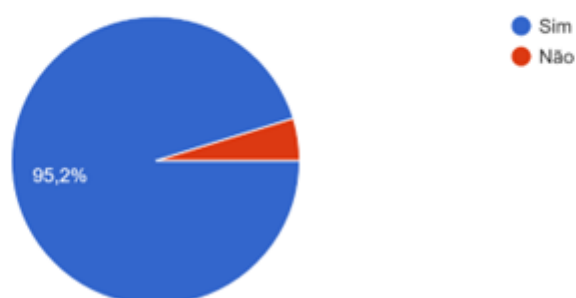
**Fonte:** As Autoras (2022)

Os gestores públicos devem manter os esforços em relação ao combate de possíveis erros no tocante à administração pública, exercendo conduta dentro dos valores éticos, por terem a obrigação de seguir leis específicas como a LEI 14.230 de 25 de outubro de 2021 – Lei da Improbidade Administrativa, além da Lei de Responsabilidade Fiscal, já mencionada neste artigo (Lei Complementar nº 101/2000), as quais objetivam combater a corrupção e envolver à população no conhecimento dos direitos para atendimento com os recursos provenientes para cada gestão.

As pessoas pesquisadas acreditam na ética exercida no ambiente político do município de Campo Novo de Rondônia, conforme demonstra o gráfico a seguir:

**Figura 2:** Questão 02

Questão 02. Na sua opinião, a prefeitura possui Ética quando publica informações sobre o andamento das obras e os gastos dos recursos recebidos?  
21 respostas



**Fonte:** As Autoras (2022)

Na maior parte, o que encontramos nas publicações de páginas como “Portal da Transparência”, outros sistemas de informação e comunicação públicos ou privados, além de softwares específicos para o controle social nos órgãos governamentais, tem sido questionado se é, de fato, as informações reais ou informações rasas do que se sabe que a comunidade quer descobrir.

Dentre as preocupações públicas para o desenvolvimento e fomentação da transparência nos gastos e ações públicas, nos deparamos com algumas

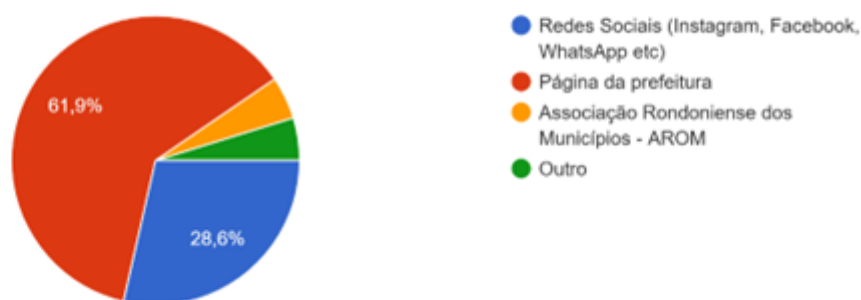
atuações dos responsáveis técnicos pela gestão pública do município de Campo Novo de Rondônia.

A população participa ativamente das publicações em redes sociais, *sites*, audiências públicas e outras formas de acompanhamento dos recursos públicos.

**Figura 3:** Questão 05

Questão 05. Como você acessa as informações relacionadas com prefeitura municipal de Campo Novo?

21 respostas



**Fonte:** As Autoras (2022)

De acordo com as pesquisas, os gestores estão atentos na expectativa de envolver a todos para o bem comum, tornando a execução das atividades cada vez mais divulgadas e com projetos que tornam essenciais para manter o crescimento econômico e garantir a captação de mais recursos para investimento nas políticas públicas.

Para tanto, e conforme os recursos são implementados dentro do orçamento público, informações são alimentadas no sistema de transparência das ações: sistema do departamento do compras, licitações, contas etc.

**Figura 4:** Questão 07

Questão 07. A prefeitura municipal de Campo Novo possui sistema informatizado para divulgar e armazenar informações relevantes à comunidade e servidores. Você conhece essa plataforma?

21 respostas



**Fonte:** As Autoras (2022)

A publicação nos sites e jornais de grande circulação, na Associação Rondoniense dos Municípios (AROM), além de ampla divulgação nas redes sociais e site da prefeitura trouxe para o município um lugar imponente nas avaliações de desempenho pelos órgãos de controle externo.

De acordo com dados divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado, o Município de Campo Novo de Rondônia é o 3º no Ranking de certificações de Portal de Transparência, com índice de 99,48% nas demonstrações públicas de suas ações.

Os gestores públicos devem manter os esforços em relação ao combate de possíveis erros no tocante à administração pública, exercendo conduta dentro dos valores éticos, por terem a obrigação de seguir leis específicas como a LEI 14.230 de 25 de outubro de 2021 – Lei da Improbidade Administrativa, além da Lei de Responsabilidade Fiscal, já mencionada neste artigo (Lei Complementar nº 101/2000). As quais objetivam combater a corrupção e envolver à população no conhecimento dos direitos para atendimento com os recursos provenientes para cada gestão.

Para tanto, é notório que as pessoas estão se envolvendo muito com essas discussões. O acesso às informações de forma transparente é cobrado constantemente nos municípios, e não é diferente em Campo Novo de Rondônia.

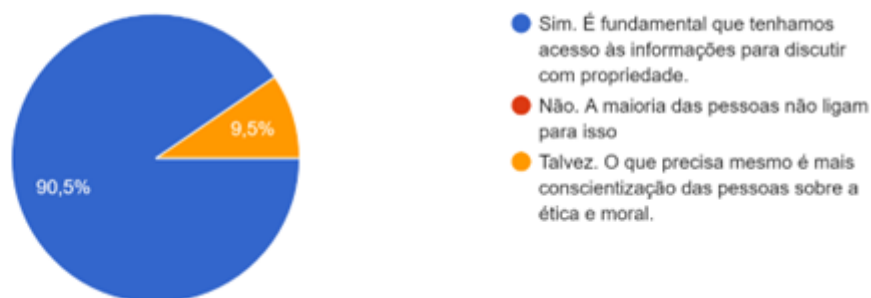


A população acompanha todo esse processo relacionado aos recursos públicos para que, na oportunidade, possam questionar com propriedade sobre o assunto.

**Figura 5:** Questão 08

Questão 08. Você acredita que se a população acompanhar as páginas da prefeitura com as divulgações, bem como participar de audiências p...xiliar no combate à corrupção na gestão pública?

21 respostas



**Fonte:** As Autoras (2022)

Conforme o gráfico, mais de 90% das pessoas pesquisadas acham importante esse acompanhamento.

Alguns sabem da importância de adquirir consciência sobre a moral e a ética a fim de compreendam melhor o que se precisa cobrar da gestão pública municipal.

## **5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo foi fundamentado para análise da contribuição dos profissionais envolvidos na responsabilidade social e postura ética de órgãos públicos municipais suscitando benefícios para o aumento da credibilidade no desenvolvimento econômico, financeiro e social.

Não é de hoje que há discussões em torno da demanda da sociedade por eficientes políticas públicas e projetos sociais que, de fato, contribuam para o meio em que estão inseridas. Existe muita preocupação do município em manter projetos e ações que viabilizam a inclusão social e o desenvolvimento

sustentável, mas ainda precisa ajustar alguns detalhes para considerarmos como uma instituição comprometida com a sociedade.

O referencial teórico utilizado serviu para apontamentos que sugerem o equilíbrio econômico e social que ainda falta no objeto estudado, mas intensificou que o caminho é o desenvolvimento de ações o qual demanda investimentos na prestação de serviços de qualidade e mão de obra humana na gestão pública, bem como a efetiva utilização desses recursos de maneira ética e sem interesses de cunho pessoal.

Os órgãos públicos, parte integrante da sociedade, tem obrigação de expandir suas riquezas e distribuí-la entre os setores envolvidos no processo, contribuindo com ações sociais e ambientais, destacando os projetos idealizados a fim de beneficiar seus colaboradores, a comunidade local e o meio ambiente.

Realizado o trabalho, conclui-se que a área da gestão pública, além de características comuns exigidas para atuação dos profissionais, tem a necessidade de adotar um comportamento ético e com responsabilidade social, devido a diversidade de prestação de serviços a diferentes tipos de pessoas, sendo, ainda, de fundamental importância para o bom andamento da instituição.

Sua competência ética visa a repercussão na reputação profissional idônea e na credibilidade que traz para a imagem da prestação de serviço para o bem público.

A moral e a ética devem relacionar-se na justificativa do gestor público diante da sociedade, pois seus atos devem transmitir seriedade e confiança. São os nossos aprendizados na infância que molda nosso caráter moral, religioso e social, o que certamente nos transformará em um profissional ético e responsável socialmente falando.

Agindo com princípios éticos profissionais e sociais, os envolvidos nessa área terão toda a base que necessita para ser respeitado e levar o nome da instituição ao sucesso esperado pelo seu público.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análises dos fatores culturais e contextuais. **Revista de Administração Contemporânea**. V.11, n. 3, Curitiba, jun./set. 2007.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO 1988**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 09 de set 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 20 de out de 2022.

BRASIL. **Lei nº 131 de 27 de maio de 2009**: Lei da Transparência. Disponível em:

[http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/Lei\\_Complementar\\_n\\_131\\_2009.pdf](http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/Lei_Complementar_n_131_2009.pdf). Acesso em: 05 de set de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.027 de 12 de abril de 1990**. disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br>. Acesso: 04 de set de 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.230 de 25 de Outubro de 2021**. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm). Acesso em 20 de out de 2022.

CRUZ, Cláudia Ferreira. Et. al. **Transparência na gestão pública municipal**: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2012.

GOMES FILHO, Adhemar B. **O desafio de implementar uma gestão pública transparente**. Santiago: X Congresso internacional Del CLAD sobre la reforma Del Estado y de La administración pública, 2005.

GONÇALVES, Maria Denise A. P. **Gestão Pública sob novo paradigma da eficiência**. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/boletim->

ISSN,boletim-conteudo-juridico-n-191-de-2012-ano-iv-issn-1984-0454,36641.html.

Acesso em: 09 de set 2022.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pág. 51, 52.

VIEIRA, Felipe. **Ética na Administração em face dos princípios constitucionais de administração pública**. 2002. Disponível em <https://admpublicaufpr.wordpress.com/2010/05/11/etica-na-administracao-em-face-dosprincipios-constitucionais-de-administracao-publica/> Acesso em: 02 de set 2022.

---

<sup>1</sup>Discentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte.

<sup>2</sup>Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Camus* Porto Velho Zona Norte.

[← Post anterior](#)

[Post seguinte →](#)

---

## RevistaFT

A **RevistaFT** é uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B”**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).

## Contato

**Queremos te ouvir.**

QUESTIONES DE GRAMÁTICA

**WhatsApp:** 11 98597-3405

**e-Mail:** contato@revistaft.com.br

**ISSN:** 1678-0817

**CNPJ:** 45.773.558/0001-48



Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2022

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil